

O Abolicionismo em Joaquim Nabuco: último quartel do século XIX

Deuzair José da Silva¹
João Berto de Souza Neto²

Resumo: Este artigo investiga a trajetória intelectual do político brasileiro Joaquim Nabuco. O objetivo é entender suas ideias políticas, principalmente sobre seus ideais abolicionistas. A partir da obra *O Abolicionista*, o artigo analisa as campanhas pela extinção da escravidão no Brasil. O projeto de Nabuco não difere muito das ideias convencionais dos outros abolicionistas. O foco temporal deste estudo é o último quartel do século XIX. Nesse momento, o Império Brasileiro lidou com a exacerbação da escravidão, com a pressão política interna e com as críticas internacionais contra o trabalho escravo. O artigo também apresenta a biografia de Nabuco para relacioná-la com sua luta pela libertação dos escravos.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco. Abolicionismo. Escravidão. Século XIX.

ABOLITIONISM IN JOAQUIM NABUCO: last quarter of the 19th century

Abstract: This paper investigates the intellectual trajectory of the Brazilian politician Joaquim Nabuco. It aims to understand his political ideas, mainly about his abolitionist ideals. Based on the work *O Abolicionista*, the article analyzes the campaigns for the extinction of slavery in Brazil. Nabuco's project does not differ much from the conventional ideas of the other abolitionists. The temporal focus of this study is the last quarter of the 19th century. At that time, the Brazilian Empire dealt with the exacerbation of slavery, with internal political pressure and with international criticisms against slave labor. The paper also presents the biography of Nabuco in order to relate it with his struggle for the liberation of the slaves.

Keywords: Joaquim Nabuco. Abolitionism. Slavery. 19th Century.

Introdução

No último quarto do século XIX, Joaquim Nabuco ocupou uma posição de destaque no movimento abolicionista, sendo um dos agentes intelectuais mais importantes na libertação dos cativos. Nossa intenção não é heroicizar Nabuco, mas propiciar um entendimento deste e de sua época, mencionando quando assumiu o papel de intelectual e abolicionista, debatendo quem foi Nabuco e qual a sua contribuição para

¹ Doutor em História UFG. Pós-doutorando em Ciências da Religião PUC/GO.

² Graduado em História UEG. Especialista em Cultura, Identidade e Região UEG.

o fim da escravidão. A obra “O Abolicionismo”³ é de caráter definitivamente sociológico, mas com estilo literário. Com esse ponto de vista, é significativo citar Chartier (1999), que ressalta o tratamento dado às obras literárias, reforçando a ideia de que nenhum literato escreve literatura do nada. O autor do texto expõe um aparato sociocultural e histórico, pois em toda prática existe uma representação. As “fantasias literárias” são um produto histórico. Nessa perspectiva, o historiador busca – apropria-se – da literatura para sua sustentação e argumentação.

Ao reiterarmos a visão de Chartier (1999), ressaltamos a relação da história com a literatura. Para este historiador, os textos literários produzem algo histórico. É preciso descobrir e debater a morfologia das diferentes modalidades da escrita para identificar que existem diversos tipos de autores, com discursos distintos. Os efeitos produzidos por seus discursos transmitem o poder, que podem atender às necessidades de uma determinada relação social. As obras, sejam elas literárias ou não, trazem como resultado as práticas de discursos no mundo. Através de um texto ficcional, a descoberta das representações estimula os historiadores a pensarem historicamente, pois não é porque se trabalha a literatura que o historiador tem que se adentrar na ficção, muito pelo contrário, o historiador interpreta historicamente qualquer espécie de obra, seja ela da sociologia imbricada com traços literários, como foi o caso de “O Abolicionismo”, seja o drama, a ficção, etc.

Para Borges (2010), todos os mecanismos culturais produzidos por agentes intelectuais ou não podem ser encarados como uma forma de produção de sentidos. Segundo Borges, Le Goff entende que o documento trabalhado deve ser visto como um monumento histórico, obrigando o historiador a refletir qual a intenção do autor e época em que o documento está inserido, quais as condições sociais, culturais, políticas e econômicas de seu tempo, como e onde ele o produziu e as relações de poder. Além de descobrir as intenções, as possibilidades e a história de vida do autor, como viveu, o que ele sofreu, quais foram suas metas e seus objetivos, de que forma a sociedade os percebeu, pois ela não estava neutra, tende ao propósito de uma escolha e de uma condição. Ressaltamos que a obra “O Abolicionismo” é um livro de cunho sociológico, cujo viés permeia o modo literário. É interessante notar que todo destinatário de um livro como produto cultural se coloca no lugar do autor, pois esse transmite suas

³ Utilizaremos o nome da obra como “O Abolicionismo”, com iniciais maiúsculas.

intenções, suas vontades, seus sentimentos ou sonhos. Assim, o leitor passa a ser ator, toda obra literária ou não deve ter um sentido para quem vai lê-la.

O trabalho está estruturado em duas partes: na inicial, procuramos pensar o Nabuco mais jovem e seu mundo, a partir de sua vivência no Engenho de Massangana, lugar onde estabeleceu vínculo afetivo com sua madrinha e conheceu o mundo escravista, momento também da transição do núcleo rural para o urbano que precedeu o estágio em que se dedicou aos estudos de Direito, Literatura. Afasta-se de Castro Alves no momento em que migra de São Paulo para Recife, onde concluiu seu curso. Depois elucidamos os problemas familiares que impossibilitaram o seu casamento com Eufrásia. Buscamos ainda demonstrar sua percepção sobre o Brasil e a Europa, as diferenças que o abismavam sobre a monarquia federalista da Inglaterra e a escravista do Brasil, a explicação de sua oposição ao republicanismo e sua trajetória como político.

Na segunda parte, falamos sobre o momento em que Nabuco escreveu “O Abolicionismo”, a sua vida cosmopolita entre Brasil e Inglaterra, também a criação da SBCE (Sociedade Brasileira Contra a Escravidão), formada com Rebouças e outros adeptos, o fim do tráfico negreiro e suas consequências no país. O entendimento do futuro almejado para a monarquia restaurada e sua frustração, abordaremos as suas ideias de democratização do solo ou reforma agrária, o ideal de um novo Estado monárquico democrático e capitalista de homens livres e a defesa de uma nova raça. Refletiremos ainda, sobre a postura que teve após a queda da monarquia, aderindo depois de dez anos ao sistema republicano e aos ideais pan-americanistas. Nabuco se autodeterminou patriota sem deixar seu monarquismo de lado e, por fim, sobre sua morte.

É relevante ressaltar que nessa pesquisa fugimos das críticas mais comuns ao momento de desenvolvimento econômico, industrial e do receio da elite sobre uma possível guerra civil desencadeada pelos próprios escravos. Nesse sentido, apresentamos a relevância do projeto nabuquiano depois de 1850, que de fato contribuiu para a libertação dos cativos e a difusão de seus ideais. Apesar de não ser um documento de grande circulação na época, teve contribuição para tal feito, justamente por defender essas causas nos discursos.

Conhecendo o mundo de Nabuco

Em 19 de agosto de 1849, nasceu em Recife/PE Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, um dos personagens mais expressivos do movimento abolicionista, como o barão do Rio Branco, André Rebouças⁴, Luís Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1854-1905) e outros. Alonso (2007) informa que Nabuco era o quarto filho do casal José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto. Nabuco de Araújo (1813-1878) como era conhecido foi senador e político renomado do império, defensor da causa emancipacionista e da indenização dos senhores. A mãe era advinda de ricos. Ambos provinham da elite, de famílias escravocratas e aristocratas respeitada no meio político e social. Nesse ambiente aprendeu as maneiras fidalgas da elite escravagista. Foi criado no interior de Pernambuco, no Engenho de Massangana.

Após a reeleição – no mesmo ano de nascimento de seu quarto filho –, Nabuco de Araújo migrou para a corte do Rio de Janeiro e teve de deixá-lo aos cuidados de seus padrinhos. O pequeno Nabuco foi apelidado de Quinquim e durante oito anos viveu no antigo estabelecimento agroindustrial. Foi lá que teve contato de perto com o regime escravista e a vida dos escravos. Essa convivência é a raiz de sua luta pela abolição. Entre 1864 e 1889, a escravidão em seus últimos tempos foi combatida duramente pelo movimento abolicionista. Aprendeu a ler e a escrever nesse meio rural com um tutor particular. Nesta época, eram raras as pessoas que sabiam ler e escrever. Ele estava entre os 15% dos brasileiros alfabetizados. Com a morte precoce de seu padrinho Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho, foi sua madrinha quem cuidou dele até os oito anos de idade. Dona Ana Rosa considerava-o como um filho e escrevia cartas ao pai – político e jurista – dizendo que era “nosso filho” e que lhe ensinava as práticas religiosas católicas.

Nabuco era monarquista convicto e aristocrata. Defendia o fim da escravidão de forma gradual, sem indenização aos senhores de escravos. Salles (2002), um dos mais importantes estudiosos de Joaquim Nabuco e seu mundo, ressalta que ele visava, após a

⁴ André Rebouças (1838-1898) também era abolicionista como o barão do Rio Branco e, assim como Nabuco, defendia os escravos, mas não influenciava os negros a se rebelarem e combaterem os senhores para que esses reparassem as injustiças. Para Rebouças, incitar o escravo era influenciar o ódio e a vingança. Nabuco também compartilhava essa ideia. A queda da monarquia e o surgimento da república frustraram seus planos monarquistas e o futuro definido dos ex-escravos. André Rebouças, decepcionado, se exilou na África e deu cabo da própria vida (COSTA, 2010).

abolição, à integração do negro e do ex-escravo à cidadania como parte mais fundamental para a reforma do Estado, embora isso não esteja tão claro em sua obra mais influente, “O Abolicionismo” (1883), e sim nos seus discursos e em outras fontes. Nabuco reforçou ainda mais sua concepção quando se tornou um cosmopolita através de viagens para países europeus, como Itália, França e Inglaterra.

Por muito tempo, a escravidão predominou em terras tupiniquins. Nabuco expressou em sua obra que a abolição deveria ter ocorrido antes da independência. Vale destacar que Costa (2010) expõe que José Bonifácio não concordava com uma Constituição duradoura no Brasil escravista, para ele era necessário libertar os escravos para o progresso da nação, porque manchava a reputação de um país novo, que tinha potencial, mas não o percebia. O trabalho escravo era menos produtivo e por isso impedia o progresso da nação. Mas como o próprio Nabuco ressalta em sua obra, “O Abolicionismo”, nos outros países a escravidão era algo atrasado e incompatível com a religião. No Brasil, se fez acreditar que a escravidão era necessária para a salvação dos escravos, não importando que um homem dominasse o outro. De fato, a religião no país era ligada à escravidão e vista como algo natural. O abolicionismo é um movimento de caráter político, mais político do que cristão. “Nenhum Padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso nas senzalas” (NABUCO, 2000, p. 12). A reforma política de Nabuco tinha na abolição seu ponto inicial. A abolição era uma questão que unia pessoas de diferentes matizes políticos como monarquistas, republicanos e conservadores.

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes Igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve infelizmente à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. (NABUCO, 2000, p. 13).

Para Machado (2009), o Estado monárquico se consolidou e manteve a estabilidade com a preservação do regime escravista. Com a pressão pelo abolicionismo e ante a resistência, tomou o caminho do gradualismo na emancipação. Necessitando de sustentação, usou uma panaceia de leis para atender aos escravocratas, como as leis

Eusébio de Queiróz⁵ (1850), do Ventre Livre⁶ (1871) e dos Sexagenários⁷ (1883). Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), a oposição ao escravismo cresce ainda mais.

Se o gradualismo foi uma calculada política desenvolvida desde os meados do século XIX pelo Estado com vistas a controlar a aquisição da liberdade pelos africanos e seus descendentes, assim protegendo o acesso dos senhores a uma mão de obra considerada naturalmente fadada a servir e potencialmente indisciplinada e bárbara, é também verdade que, na implementação das políticas emancipacionistas, o Estado acabou sendo obrigado a se defrontar com o poderio privado dos senhores. A intervenção desse nas relações antes privadas entre senhores e seus escravos é uma das principais características da política emancipacionista do século XIX, tendo sido uma das vias de consolidação de poder do Estado monárquico. (MACHADO, 2009, p. 372).

Para Nabuco, não poderia ser normal o Brasil ser visto na Europa como sinônimo de escravidão e atraso. Era de suma importância o movimento triunfar, caso contrário “seria a prova de que a escravidão havia completado a sua obra e selado o destino nacional com o sangue dos milhões de vítimas que fez dentro do nosso território” (NABUCO, 2000, p. 5). Viveu em dois mundos distintos, mas com a escravidão presente. O primeiro, com a madrinha, na casa-grande, quando sentiu a realidade do escravo, e o segundo quando foi morar na cidade, onde testemunhou a escravidão comercial no Rio de Janeiro e as más condições em que os cativos, sujeitos a

⁵ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, a lei Eusébio de Queiróz proibiu o tráfico de escravos no Brasil, influenciada pelos ingleses a partir da abolição universal. O objetivo mais importante era evitar o tráfico atlântico de escravos africanos, ao mesmo tempo em que o tráfico era muito enriquecedor tanto para a monarquia quanto para a sustentação da mão de obra escrava nos cafezais. Apesar de essa lei ser um passo importante para a abolição, o tráfico continuava de forma interna, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, onde estavam as maiores fazendas produtoras de café, a maior fonte de renda do país, depois do tráfico de escravos. (COSTA, 2010, p. 29-30). Lei Eusébio de Queiróz. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-eusebio-de-queiros/>>. Acessado em 21 de julho de 2017, às 21h03min

⁶ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, ou “Lei Rio Branco”, promulgada pelo visconde do Rio Branco e assinada pela princesa imperial regente em nome de dom Pedro II, que concedia a liberdade para os filhos das escravas nascidos a partir da referida data até os 8 anos de idade. O proprietário teria duas opções, usufruir dos escravos até os 21 anos ou entregá-los para o Estado, que pagaria 600\$000 de indenização. A primeira opção era a mais vantajosa para os donos, sendo que os negros continuariam sendo vendidos e tratados como escravos até que a lei Áurea fosse aprovada. **Abolição no Parlamento em PDF**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>>. Acessado em 21 de julho de 2017, às 16h45min.

⁷ Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como a lei dos Sexagenários, ou lei Saraiva-Cotegipe, determinava que todo o escravo com mais de 60 anos de idade deveria ser livre. Beneficiava apenas alguns escravos que ainda deveriam trabalhar por mais cinco anos, apesar de não terem mais condições de trabalhar. Muitos nem chegavam aos 50 anos de idade, devido ao rigor do trabalho escravo que prejudicava sua saúde. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>>. Acessado em 21 de julho de 2017, às 17h11min.

excessiva sujeira, miséria e vetores endêmicos. Foi nesse ambiente de escravidão em que um pequeno escravo lhe pediu que o comprasse para sair do sofrimento, o que despertou em Nabuco a vontade de ajudar. Segundo Costa (2010) Joaquim Nabuco se enveredou pelo abolicionismo no momento de uma visita ao engenho e que teria feito uma promessa quando relembrou a situação daquele cativo.

Em seus tempos de aluno, não era muito assíduo à escola, situação que ocorria também com os colegas. Nesse período, dedicou-se aos estudos de literatura e à produção de poesias, tendo como colega de sala de aula Castro Alves. Devido à inveja que teve de Castro Alves, decidiu migrar-se para Recife, com a justificativa de concluir o curso. Essa mudança não foi somente por isso, Recife tinha mais organização e importância para ele do que a cidade de São Paulo. Aquela era vista pelas pessoas como a Veneza brasileira, devido a sua hegemonia econômico-açucareira.

Na transferência das faculdades, adoeceu de febre tifoide e teve que contar com o auxílio de seu pai. Devido à doença, perdeu as aulas em 1869, porém ganhou autorização para realizar um exame de admissão que compensou o ano perdido em São Paulo, formando-se em 1870 em Bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas. Nas faculdades que frequentou, muitos discentes queriam seguir a carreira de seus professores (ALONSO, 2007). Tornou-se um dândi⁸. Foi o segundo maior detentor do legado de sua madrinha que o fez herdeiro, porém o dinheiro mal dava para viajar à Europa.

Viveu tempos de melancolia, não via em sua mãe biológica, dona Ana Benigna, o amor que depositava na madrinha. Não foi capaz de se afeiçoar a sua mãe biológica, passando a vida com saudades da madrinha, mas a família Nabuco se preocupava muito com o futuro de seus filhos. Ainda jovem, teve que seguir o exemplo do já renomado Nabuco de Araújo no mundo da política. Em 1873, conheceu a Europa através de um amigo, filho de um político liberal, graças à ajuda de Nabuco de Araújo. A forma de vida aristocrática das elites europeias o fascinou e percebeu a discriminação com o Brasil sustentado pela economia escravista. Acreditamos que foi essa a ponta do iceberg

⁸ Modo de se comportar e vestir europeu com trejeitos afeminados. Ser elegante era andar na moda aristocrática. Essa sempre se modernizava nos moldes nobiliárquicos europeus. Um dândi era estiloso, um signo de que fazia parte da elite aristocrática da corte. Nabuco também ficou conhecido pelos seus inimigos políticos (ALONSO, 2007, p. 19).

para moldar seu ideal abolicionista nos seus futuros anos áureos. Após a viagem para Londres, conheceu Eufrásia Teixeira Leite, uma mulher que mexeu com sua vida.

Ressalta-se que, no momento em que ele estava na Europa, seu pai Nabuco de Araújo pedia que retornasse para as terras tupiniquins. Conforme Salles (2002), classificava a monarquia como superior ao republicanismo, não por autonomia do imperador, mas pela maior autonomia no meio jurídico. O juiz tinha voz mais ativa e respeitada numa monarquia federalista. De acordo com Fernando Henrique Cardoso (2013), a inclinação de Nabuco para a monarquia tinha sua motivação no fato de o judiciário ser independente e autônomo em relação ao imperador, ressaltando que ele se baseava na realidade inglesa.

Para justificar seu pendor para o sistema monárquico, Nabuco recorreu aos argumentos de Bagehot, autor que o influenciou desde a juventude. Entusiasmou-se com o sistema britânico porque nele existe, além da independência do Judiciário, uma fusão e não separação entre os poderes. Assim, tão pronto um movimento da opinião pública se refletisse na Câmara dos Comuns, o Gabinete perderia a confiança da maioria, o Parlamento seria dissolvido e haveria novas eleições, no Brasil, diversamente era o imperador quem, na suposta escuta da opinião nacional, dissolvia a Câmara, formava o novo Gabinete e este manipulava o resultado eleitoral. O sistema inglês permitia manter a monarquia e também ouvir o povo nas decisões. Era mais democrático. A monarquia tornara-se simbólica, politicamente neutra, parte da cultura nacional e elemento de agregação do povo. Seria, assim por dizer, “o lado estético do sistema de poder” (CARDOSO, 2013, p. 39).

De acordo com Alonso (2007), seu antirrepublicanismo o tornou inimigo político dos republicanos brasileiros, exemplo de José do Patrocínio e Luís Gama. Em 1878, faleceu o senador e ministro da Justiça Nabuco de Araújo, quando ainda estava na Europa e o cunhado Hilário pedia que retornasse para o Brasil, colocando um fim em seu projeto de viver na Inglaterra com uma vida de diplomata. Não tinha sequer futuro promissor em tal momento e o cunhado Hilário advertiu-o de que seu pai precisava de um sucessor correspondente à altura. Em 9 de abril de 1878, partiu de volta para o Brasil, “não podendo contar com o pai, foi fazer-se a si mesmo” (ALONSO, 2007, p. 70).

Nabuco: *o abolicionista*

2.1 Inspiração, necessidade da abolição e o problema da monarquia

O protagonismo de Nabuco na sua luta abolicionista começa no período posterior à morte do seu pai. Enxergava dom Pedro II como um exemplo de estadista, mas classificava outros dois como os maiores expoentes de estadismo: o barão do Rio Branco, filho do visconde do Rio Branco, e também seu pai, Nabuco de Araújo, esse último homenageado com uma obra biográfica escrita em 1897, após a abolição e a proclamação da república (SALLES, 2002). Defendia uma monarquia conservadora, federalista e aristocrática, “o verdadeiro espírito conservador deveria governar mais pelo conhecimento e menos pela força” (SALLES, 2002, p. 249), mas a ordem e a liberdade não deveriam ser ignoradas. Para ele, o republicanismo privilegiava os mais afortunados e a corrupção se tornava hábito. Nesse tempo, o republicanismo ganhava força entre uma parte do movimento abolicionista e uma parte dos militares. Em 1878, graças ao maciço apoio dos políticos conhecidos de Nabuco de Araújo, é eleito deputado pela província de Pernambuco, onde era um dos poucos no Parlamento a defender a causa abolicionista.

O abolicionismo, de acordo com Costa (2010), teve início na Europa. França e Inglaterra lideraram o movimento. Naquela o fim da escravidão ocorreu em 1807 e, nas colônias inglesas, por volta de 1794. Os britânicos pressionaram o Brasil para pôr fim ao tráfico de seres humanos e apreenderam vários navios negreiros com destino ao Brasil. A elite escravocrata fazia duras críticas aos ingleses, afirmando que isto afetava diretamente a economia nacional. Mesmo os que eram a favor da emancipação gradual não aprovavam a atuação diplomática dos britânicos.

Homens como o patriarca da independência, José Bonifácio, base de inspiração de Nabuco, não puseram fim à escravidão, porque não tinham o apoio dos aristocratas. José Bonifácio acreditava que o que tornaria o Brasil uma nação civilizada era a liberdade dos indivíduos. Na mesma linha de pensamento daquele, Nabuco afirmava que o problema não era o império, muito pelo contrário, esse era o modelo dos países mais civilizados do mundo. Bonifácio defendera uma emancipação gradual, no entanto, o seu admirador, quando se aliou ao movimento abolicionista, defendeu a abolição total sem indenização aos senhores (ALONSO, 2007).

Representantes do Parlamento eram hostis às exigências dos britânicos. Havia liberais e conservadores contra e a favor da reforma da lei de 1831. Porém, para os

opositores, os ingleses estavam desrespeitando a autonomia e a soberania nacional, afrontando o país e a nação brasileira. A proposta do império brasileiro de fortalecer a proibição do tráfico teve impacto na abolição da escravidão, os escravos ficaram mais caros e os senhores resistiam à ideia de abolição. Alguns optaram por alforriar, buscando alternativas nos imigrantes chineses (COSTA, 2010).

Após meados do século XIX, o movimento abolicionista se fortalecia e se tornava mais relevante. De acordo com Costa (2010), vários foram os fatores para a liquidação do sistema escravista: o desenvolvimento econômico, as pressões internacionais pela abolição, a alternativa dos trabalhadores imigrantes e principalmente a rebelião dos escravos. Os adeptos do republicanismo também tinham no abolicionismo um pretexto para a derrubada da monarquia sem esperar a morte de dom Pedro II. Foi no Rio de Janeiro que viviam os mais enérgicos abolicionistas, dentre esses destacamos, além de Nabuco, Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, bem como no meio político, em que a ala liberal estava disposta a combater a escravidão. No sistema político imperial, difundia-se o ideal da abolição, importante avanço para um Estado que prometia indiretamente a liberdade e a oportunidade para todos.

2.2 Nabuco e o abolicionismo

Para Nabuco, o abolicionismo era uma forma de patriotismo – que não só livraria várias pessoas da escravidão –, mas também criaria condições de alteração e crescimento na economia. Ele e seus aliados formaram a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE) em 1880, momento marcado por manifestos até fora do Brasil, como em jornais dos Estados Unidos, o “The Rios News”, e da França, “o Messenger du Brésil”. A difusão nacional e internacional acontecia por meio de panfletos que contribuíram para a propagação dos ideais abolicionistas, expandindo-os cada vez mais e aumentando a pressão sobre o governo. Defendia que o abolicionismo não era apenas libertar o escravo, passava também pela formação de uma nação miscigenada, onde não haveria negros. Afirmava que o movimento fora absolutamente cristão e filantrópico e que o regime servil negava o progresso e a civilização do Brasil.

O abolicionismo era, além do mais, uma causa generosa e cristã e falava aos sentimentos filantrópicos que a sociedade cultivava. Ser a favor da emancipação dos escravos era ser a favor do progresso e da civilização, pois a escravidão fora condenada em nome do progresso e da civilização nos países mais desenvolvidos. Nada atraía mais aos jovens profissionais, a quem a França fascinava, do que aquelas palavras mágicas. A abolição passara a ser uma causa nobre: a defesa da escravidão, odiosa. Alistar-se nas fileiras do abolicionismo era também combater as oligarquias que se apegavam à escravidão. Para uns, a abolição era uma convicção; para outros, um expediente (ou talvez ambos) e, cada vez mais, as fileiras do abolicionismo recebiam novos recrutas (COSTA, 2010, p. 77-78).

Além disso, é relevante mencionarmos ainda que o abolicionismo de Nabuco não difere apenas no sentido do ideal de raça e de Estado, pregava que a abolição deveria ultrapassar a simples libertação dos escravos, lhes garantindo um futuro na formação da nação e do Estado. O abolicionismo de Nabuco tinha traço cristão e patriótico. Tal qual o pensamento de André Rebouças, visava à reforma agrária com a democratização de terras, onde todo cidadão, inclusive os ex-escravos, pudesse ter sua propriedade se dedicando à agricultura familiar.

Segundo Alonso (2007), a casa de Nabuco foi um importante espaço usado para reuniões políticas, apesar de a sociedade ainda estar se acostumando a participar desses encontros para discutir as questões abolicionistas. Nabuco recebeu muitas pessoas no salão de sua mãe biológica, dona Ana Benigna, dentre elas, destacamos o visconde do Rio Branco e Moniz Barreto. A inspiração vem de Abraham Lincoln. Cada integrante do movimento tinha uma função específica: Nabuco era redator e presidente, já Rebouças cuidava da parte administrativa, tesouraria e na parte da comunicação como agenciador de comunicação do grupo. O grupo da SBCE começa a se fortalecer com as presenças de Rebouças, Nabuco, Serra e Gusmão Lobo. Nabuco, ao redigir o manifesto contra a escravidão deixou claro o posicionamento e desejos do grupo. Eles tinham ideias em comum quanto ao monarquismo e o liberalismo. Defendiam a reforma do Estado e a formação da nação tal qual sonhara Bonifácio. O grupo recebe o apoio também de João Clapp e José do Patrocínio, esses últimos partidários do republicanismo.

Em 1882, Nabuco foi derrotado nas eleições e foi trabalhar na Inglaterra como jornalista e consultor de uma fábrica de açúcar. Afasta e exila-se temporariamente da SBCE. Em Londres/ING, trabalhou como jornalista no jornal *Commercio*. Atuou como empregado da Sugar Factories, uma companhia de fabricação do açúcar muito ligada ao

Brasil. Logo depois migra para Montevidéu/URU e passa a trabalhar no *Lá Razón*. Foi nos momentos livres que redigiu “O Abolicionismo”, que se tornaria um clássico e um dos textos fundadores da sociologia brasileira. Uma obra que antecederia o pensamento do importante historiador e sociólogo Gilberto Freyre no debate sobre a mistura das raças. No geral, foi uma obra que teve sucesso em suas primeiras publicações no Brasil, porém não teve muita circulação. Foi divulgada nos jornais a *Gazeta da Tarde* e a *Gazeta de Notícias*. O autor fez uma resenha acerca de sua obra no *Jornal do Commercio*, onde era funcionário, reforçando a difusão através de amigos e correligionários (ALONSO, 2007).

A autora afirma ainda que Nabuco destacou-se com mais êxito nos movimentos através de seu ativismo, mas que não o fez de forma mais efetiva do que José do Patrocínio, que lutava sem perder a esperança para a conquista da liberdade do negro. Ele fora sim mais decisivo na política, onde fez mais divulgações e ganhou destaque, tornando-se um dos abolicionistas mais relevantes. O autor Nabuco sabia que não podia radicalizar, senão perderia o emprego e as lideranças adeptas de seu movimento. Em sua obra, defendia a formação de uma nova identidade que mantivesse a igualdade para extinguir toda e qualquer herança que a revoltante escravidão deixara.

Essa reforma individual, de nós mesmos, de nosso caráter, do nosso patriotismo, no nosso sentimento de responsabilidade cívica, é o único meio de suprimir efetivamente a escravidão da constituição social. A emancipação dos escravos é, portanto, apenas o começo de um *Rinnovamento* [...]. Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, energético e sadio, que possamos absorver sem perigo [...] (NABUCO, 2000, p. 170).

O elitista e agitador do abolicionismo, Nabuco, não residia no Brasil na época da publicação de “O Abolicionismo”. A SBCE patrocina a volta dele para mais uma candidatura. Seu retorno ao Rio de Janeiro contou com a ajuda financeira de Rebouças, que via em Nabuco um líder forte no agitação abolicionista. A urgência do retorno de Nabuco ao Brasil se devia também à “incapacidade” de José do Patrocínio de consolidar o movimento, que mal tinha liderança. Outro problema era aceitar o papel de José do Patrocínio, porque a agitação no Rio de Janeiro era comandada por este republicano,

mas “Nabuco compreendeu que ali estava um rival intransponível e aliado indispensável” (ALONSO, 2007, p. 4).

Quando da sua volta ao Brasil em 1884, sua obra já está publicada e famosa. Nela ressalta a realidade da época sobre o horror da escravidão no Brasil, o estilo cruel e violento dos senhores. Mas em nenhum momento o autor cita como seria o futuro dos ex-cativos, preocupando-se somente com uma classe de agricultores desempregados que não tinham espaço, pois o escravismo ofuscava-os. Nabuco só veio a concordar com o futuro deles graças a André Rebouças, com sua política de democratização do solo. O político nordestino nos anos posteriores não se preocupou com seu protesto divulgado no livro, bastou apenas a libertação dos escravos de certo modo, pois na república havia o impedimento de sua autonomia, desistindo de seus ideais.

Em 1885, candidatou-se nas eleições, no Parlamento redige a Campanha Abolicionista no Recife/PE. Como sabemos, na política, o número de escravocratas era maior, dentre esses temos o barão de Cotegipe, que conseguiu a aprovação em 1885 da lei dos Sexagenários, ou lei Saraiva-Cotegipe. França (2000) expressa que, para o sonho de Nabuco se realizar, precisava-se combinar a abolição com a reforma das instituições que estavam com 300 anos de escravidão. Ele queria a transformação do Brasil em uma federação e para isso era necessária uma reforma das instituições, “por meio da educação, da associação, da imprensa, da imigração espontânea, da religião purificada e de um novo ideal de Estado” (FRANÇA, 2000, p. 180). Nabuco foi desenvolvendo suas ideias ao longo de sua vida. Estamos convictos de que a obra de Nabuco exerceu alguns efeitos. Para ele a mistura das raças se concretizou através de três correntes sanguíneas, o português, o africano e o indígena, com predomínio dos dois primeiros. No entanto, o mal da escravidão fora obra dos portugueses. Criaram leis que justificavam a escravidão e argumentavam que esta era benigna.

Se, multiplicando a raça negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a raça branca por outro lado mais rapidamente, como nos Estados Unidos, o problema das raças seria outro, muito diverso – talvez mais sério, e quem sabe se solúvel somente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra: mas isso não se deu no Brasil. As duas raças misturaram-se e confundiram-se; as combinações mais variadas dos elementos de cada um tiveram lugar, e a esses se juntaram os de uma terceira, a dos aborígenes. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias – o português, o africano e o indígena – a escravidão viciou, sobretudo, os dois primeiros (NABUCO, 2000, p. 98).

Segundo Salles (2002), a questão racial se desenvolveu com mais ênfase após a abolição. Os brancos deveriam prevalecer sobre os mestiços, sendo esse um tema para estudos mais aprofundados com relação às raças, pois o nosso objeto de pesquisa é a abolição em Nabuco. Ao reiterarmos as questões voltadas à abolição, sabemos que a ênfase era libertar os escravos, dar prioridade à doação de terras e trabalho para o povo brasileiro, incluindo os brancos, negros que foram escravos e mestiços. Os escravos libertos deveriam incorporar a cidadania para a construção da nação que Nabuco sonhou. Esse é o abolicionismo nabuquiano: libertar e juntar as raças, tal seria necessário para o futuro da raça negra. Entretanto, esse é o “elemento de resistência da escravidão e de reforço da dominação senhorial, exercida de forma mais hegemônica” (SALLES, 2002, p. 13).

O projeto nabuquiano era ambicioso, porém, essa ambição foi abandonada quando Nabuco se tornou diplomata do Brasil na Inglaterra e nos Estados Unidos da América⁹. Após o golpe de novembro, se exilou na Argentina com sua família e a esposa Evelina Soares. Defendeu o pan-americanismo e seu sonho ficou na lembrança quando escreveu a biografia de seu pai: “Um Estadista do Império”. Acreditava que ser patriota era muito mais do que lutar pelo fim da escravidão, contra a herança colonial portuguesa, do que formar uma nova sociedade em prol do dinamismo industrial e comercial. Para ele, ser patriota era lutar pela nação, independente de sua situação, por isso foi para a república, mas sequer lembrou-se da situação dos ex-escravos.

Assim, surge essa inquietação: como Nabuco entrou para a república? A pergunta é pertinente, o amor à pátria estava acima de tudo. No entanto, ficou inativo dez anos após a república, prometendo que, se morresse, iria morrer monarquista. Ele não foi o mesmo homem após ser convidado pelo então governo Campos Salles para trabalhar como diplomata em Londres/ING, este se reinventou. O *boom* industrial o motivou a retornar para o mundo da política, foi convidado a mando de Campos Salles em 1899 a servir a república. Após retirar-se da Embaixada em Londres/ING, tornou-se defensor da Doutrina Monroe e da política pan-americanista, organizando em 1906 no Rio de Janeiro a II Conferência Pan-Americana. Para Alonso (2007), Nabuco perdera a fé na monarquia, para a qual o ideal de reconstituir nunca teve grande apreço, devido ao

⁹ Nabuco foi o primeiro diplomata brasileiro nos Estados Unidos.

desinteresse da princesa Isabel. Nabuco e Rio Branco se destacaram na república, sendo nomeado contra sua vontade em 1905 como embaixador em Washington, D.C./EUA.

Em 1910, falece em Washington, vítima de congestão cerebral, com 70 anos, porém uma semana antes de morrer, enfrentando os problemas de saúde, escreveu poeticamente em seu diário, “[...] Vertigem. Sinto a cama abalar e eu ser envolvido no movimento, caminhando para perder os sentidos, e então digo; ‘estou morrendo’, e, quando a cama vira sobre mim e eu supondo que estou perdendo o conhecimento de tudo, digo; ‘morri’” (ALONSO, 2007, p. 88). Seu corpo foi trasladado de Washington para o Brasil no cruzador North Carolina, onde seguiu para o Rio de Janeiro. Depois de um ritual cívico funerário, foi sepultado no Cemitério Santo Amaro em Recife, num mausoléu de mármore italiano que continha uma estátua que homenageava seu maior feito em vida: a política para libertar os escravos. Salientamos que o projeto nabuquiano (o abolicionismo em Joaquim Nabuco) categoricamente formado jamais foi definido na prática, porque não transcendeu a abolição, pois a monarquia não foi restaurada e organizada no modelo capitalista e federalista e a nação não foi branqueada. Nabuco ficou melancólico ao trabalhar na república por necessidade pessoal. Não heroicizamos Nabuco e aventamos a hipótese de que ele se tornou um pessimista, mesmo com toda a admiração que teve dos abolicionistas. O destaque alcançado pelo político como defensor do escravo não foi tão somente a libertação, mas pregava também, como fez André Rebouças, uma reforma agrária que retirasse o ex-escravo da miséria. A abolição foi o que marcou a trajetória de Nabuco.

A resposta que temos até o presente momento sobre o objeto pesquisado pode ser entendida que Nabuco visou uma reforma ambiciosa para a nação, em que apenas livrar o cativo da escravidão ou ser visto como herói ao lado da princesa Isabel quando esta assinou a lei Áurea em 1888¹⁰ não bastava. O abolicionismo em Joaquim Nabuco era libertação, formação de uma nova nação, democracia do solo e a permanência da monarquia restaurada e capitalizada com o progresso industrial em escala internacional. O intelectual e político conheceu a glória quando retornou para o Brasil e aos poucos foi conquistando a população.

¹⁰ Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, mais conhecida como lei Áurea, extinguiu a escravidão em todo território nacional (COSTA, 2010).

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes; In: _____ (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 2**. Império: a corte e a modernidade nacional. 9. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 292-335

ALONSO, Ângela. **Perfis brasileiros Joaquim Nabuco**. Versão E-Book, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República**. UFF, Niterói-RJ, 2008. Tese de doutorado. Disponível em:
<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_FELICE_Luigi_Bonafe_de-S.pdf>.

BORGES, Rezende Valdecir. **História e Literatura**; algumas considerações. UFG, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. Versão E-Book, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9. Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. Debate Literatura e História. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, 1999. pp. 197-216.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976): São Paulo: Martins Fontes, 2005. Aula de 14 de janeiro de 1976.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. Joaquim Nabuco e a construção do Brasil. In: NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Nova Fronteira: Rio de Janeiro: Publifolha, 2000. p. 175-180

LEMO, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Volume III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 401-444.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Volume III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 367-400.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Clássico Joaquim Nabuco Essencial**. Versão E-Book, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Nova Fronteira: Rio de Janeiro: Publifolha, 2000.

SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco: Um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial**: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira, 1999. Artigo científico. Disponível em: <[xa.yimg.com/.../RONALDO%20VAINFAS%20%20Colonizao,%20misciginezacao%](http://xa.yimg.com/.../RONALDO%20VAINFAS%20%20Colonizao,%20misciginezacao%20)>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Correio Eletrônico:

CE Aprova o dia da criação do historiador e do Dia do Rock. Disponível em Senado Federal. **Barão do Rio Branco**. Site UOL Educação. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/biografias/rio-branco.jhtm>>. Site UOL

Tese do Branqueamento. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/tese-branqueamento.htm>>. Mundo Educação.